

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA DO CEARÁ: UM MODELO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

ANDREA MARIA ROCHA RODRIGUES
Centro de Educação Tecnológica do Ceará – CEFET/CE
andrearodrigues@secrel.com.br

SINARA SANTA'ANA CELISTRE
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Introdução

A avaliação no sistema escolar não é um tema recente, contudo nos dias atuais muito se ouve falar em Avaliação Institucional. Mas, na verdade, o que vem a ser avaliação? As propostas atuais de avaliação educacional esta pautada em uma proposta de educação progressista, sendo um processo contínuo, a avaliação não constitui um fim mas um meio de se chegar aos objetivos pretendidos.

Segundo HOFFMANN (2002:10):

“A avaliação é substancialmente reflexão, capacidade única e exclusiva do ser humano, de pensar sobre seus atos, de analisá-los, julga-los, interagindo com o mundo e com os outros seres, influenciando e sofrendo influências pelo seu pensar e agir”.

Portanto, a avaliação não é um tema restrito apenas a aprendizagem do aluno ou ao campo educacional, faz parte da natureza do ser humano, contudo, restringiremos este estudo ao caráter educacional da ação avaliativa, com destaque nos conceitos e distinções entre avaliação da aprendizagem e avaliação institucional.

A avaliação da aprendizagem é discutida por muitos autores. Luckesi um dos mais conceituados prefere defini-la como “um juízo de qualidade sobre dados relevantes para uma tomada de decisão” (Luckesi, 1995:09). Como o próprio autor diz, essa significação é bem mais abrangente, pois ultrapassa os limites instrumentais da avaliação da aprendizagem e dá subsídios as decisões do processo ensino-aprendizagem.

Ao longo de todo o processo de ensino-aprendizagem podemos ver que a avaliação é um instrumento para informar ao professor sobre o rendimento da aprendizagem de seus alunos, identificando suas deficiências e tentando solucionar as dificuldades no decorrer do ano letivo classificando o aluno no fim do semestre ou do ano letivo.

Quando se fala em avaliar a aprendizagem dos alunos, logo se vê um processo seletivo, levando-o a práticas avaliativas perversas e excludentes. E preciso questionar os princípios que fundamentam tais práticas avaliativas, cada vez mais estreitas e padronizadas.

Também conhecida como avaliação classificatória. HOFFMAN (2002:20), nos diz que: “ funda-se na competição e no individualismo, no poder, na arbitrariedade presentes nas relações entre professores e alunos, entre os alunos e os próprios professores.”

Um outro aspecto que merece destaque, neste cenário é o professor, pois ele continua sendo, junto com a escola, a figura central no processo de ensino aprendizagem, tornando-se imprescindível que ele auto- avalie seu trabalho e pense que tipo de avaliação é essa.

E preciso saber desenvolver um processo mediador de avaliação, no qual o professor tenha uma nova visão do que seja avaliação, formando alguém que provoca, questiona, confronta e exige novas e melhores soluções a cada momento. Este tipo de avaliação tem por finalidade promover a melhoria da realidade educacional e não classificá-la.

Ainda de acordo com HOFFMAN (2002:111):

“ podemos pensar na avaliação mediadora como uma troca de mensagens e de significados, um processo interativo, dialógico, espaço de encontro e de confronto de idéias entre educador e educando em busca de patamares qualitativamente superiores de saber”.

Na avaliação da aprendizagem o foco de análise é o aluno, em relação ao conhecimento, ao professor e ao espaço escolar. No que tange a avaliação institucional, podemos dizer que o objeto de preocupação é, mais especificamente, as instituições educacionais e as políticas públicas que a orientam. Entretanto, o aluno como sujeito fundamental desse contexto, não deixa de ser objeto de investigação da avaliação institucional. Assim, ao abordamos questões relativas às práticas de avaliação institucional na escola pública cearense, concebida como processo próprio da busca da qualidade da educação, estaremos implicitamente, tratando, também, de questões acerca da avaliação de aprendizagem.

Em relação ao conceito de avaliação institucional, veremos o pensamento de (NAVAJAS, 1998:51):

“A avaliação deverá ser um processo contínuo e global que desvenda todas as discordâncias, dúvidas e contradições do dia-a-dia no seio da

instituição, buscando sua superação através de estratégias que viabilizem um projeto de transformação dos objetivos institucionais, visando a uma melhoria quantitativa e qualitativa de todos os seus objetos”.

A avaliação institucional é um processo que na sua elaboração e implementação demanda tempo e disponibilidade, além do envolvimento da comunidade escolar. Sendo assim, um processo global, contínuo, sistemático e participativo, tendo ainda entre os seus princípios, competência e legitimidade. Conforme nos diz (FERNANDES, 2001:23):

“Avaliação Institucional é um processo global, contínuo e sistemática, competente e legítimo, participativo, que pode envolver agentes internos e externos na formulação de subsídios para a melhoria da qualidade da instituição escolar”.

Este tipo de avaliação tem como finalidade melhorar a escola ou o sistema, aperfeiçoando a melhoria da qualidade do ensino, da gestão, etc. Neste caso, a avaliação não visa à premiação, nem a punição, ao contrário, ela busca a reconstrução, envolvendo dois tipos de sujeitos: internos e externos.

Os sujeitos internos são os principais responsáveis pela escola, os alunos, professores, gestores, quem trabalha diretamente com as atividades educacionais. Os sujeitos externos são os pais ou responsáveis, entidades sociais e outros sujeitos diretamente envolvidos com as atividades escolares.

Considerando tais premissas acerca do significado da avaliação institucional, é que iremos contemplar a sua importância, função e efetivação na escola pública estadual.

Implicações de uma prática.

Ao realizarmos uma pesquisa para abordarmos as “Políticas e Práticas da Gestão Pública Cearense”, cujos objetivos eram entre outros, promover o desenvolvimento de habilidades investigativas nos participantes da modalidade especialização do PROGESTÃO (Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares), no qual participei, percebemos que a realidade do processo de avaliação institucional na escola pesquisada não coincide com a teoria aqui discutida.

Foi selecionada, a critério do Centro Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE), uma escola pública estadual ou municipal do Ceará, levando em consideração o município de residência do pesquisador, a fim de que nenhuma escola ficasse fora da pesquisa ou houvesse concentração dos pesquisadores em outras escolas. Foram coletadas

informações junto ao diretor, um professor, um funcionário, um aluno e um pai, num total de 05 (cinco) pessoas da instituição de ensino escolhida.

Realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto e uma pesquisa empírica, que segundo GIL (2002:28) deve ser estudado objetivamente:

“(…) como fatos, ou como “coisas”, (…) trata-se, portanto, de transformar as noções iniciais em outras mais úteis, que se refiram diretamente a fatos empíricos e não a percepções pessoais”

Ao nos depararmos com os dados coletados, constatamos que o segmento de pais e alunos não sabem ou nunca ouviram falar em Avaliação Institucional; ao perguntarmos ao aluno se ele já participou de algum momento em que as pessoas da escola estivessem avaliando o trabalho que elas desenvolvem, ele respondeu:

“...eu acho excelente avaliar o trabalho que a escola desenvolve, mas eu nunca participei, nem nunca ouvi falar em Avaliação Institucional nesta escola”.

Tal afirmação contraria o princípio da globalidade, este princípio apóia-se nos mesmos princípios do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB); no qual sustenta a importância de uma preocupação em avaliar a escola como um todo, envolvendo todos os segmentos da escola.

Sabemos que é através da elaboração, organização, interpretação e divulgação dos instrumentos de coleta de informações sobre a realidade da escola, que tomamos conhecimento da importância da participação de todos os segmentos da escola.

Mas como fazer com que a comunidade escolar se envolva na elaboração e aplicação dos instrumentos de coleta? De acordo com FERNANDES (2002:71):

“ ... a comunidade escolar, na sua totalidade ou na sua maioria, não pode participar diretamente da elaboração dos instrumentos. Sua participação é mais indireta através de grupos de trabalho da escola (GT) ou Conselho escolar, que apontam categorias e aspectos a serem avaliados. Na hora da elaboração escrita, o trabalho é de um grupo pequeno.”

Nos segmentos de diretor, professor e funcionário da escola foi bem diferente; o funcionário, por ser membro do Conselho Escolar, participou ativamente deste processo na escola, utilizando-se da pesquisa ação. Conforme nos diz VIDAL (2003:07).

“A avaliação institucional no Ceará, se utiliza da metodologia da pesquisa de campo, mais especificamente, da pesquisa ação. Isto porque o interesse do Estado vai além da simples constatação, verificação ou diagnóstico da situação atual da escola. Trata-se de uma avaliação com

fins de intervir na realidade encontrada pressupondo, assim, a tomada de decisão não apenas de agentes externos, mas dos diversos segmentos da comunidade escolar”.

Quando aplicamos os questionários aos segmentos do diretor, professor e funcionário da escola, perguntamos o que eles entendiam sobre avaliação institucional, o representante dos professores nos respondeu:

“... uma avaliação que se pretende avaliar a instituição como um todo, colocando vários setores, depois reagrupando estes para ter uma compreensão globalizada”.

Deveria ser esta visão não apenas dos dirigentes, professores e funcionários, mas principalmente do segmento que faz a escola funcionar, os alunos. Ora, se a avaliação institucional segundo FERNANDES (2001:23).

“...é um processo global, contínuo e sistemático, competente e legítimo, participativo, que pode envolver agentes internos e externos na formulação de subsídios para a melhoria da qualidade da instituição escolar”.

Como pode um de seus principais agentes ficar de fora desse processo? Será que não está na hora de repensarmos na legitimidade deste processo? O que deveria fazer parte do cotidiano da instituição escolar, tornou-se algo muito distante.

E importante ressaltar que não devemos avaliar por avaliar, isto quer dizer que não devemos realizar esta avaliação na escola por modismo ou imposição, mas sim porque a avaliação institucional se constitui hoje um importante instrumento de gestão e está ligado as práticas democráticas. Os resultados desta avaliação, se bem utilizada pelo Núcleo gestor das escolas públicas estaduais, podem construir um ótimo instrumento a favor da qualidade da educação.

Referências bibliográficas

FERNANDES, Maria Estrela Araújo. Progestão: como desenvolver a avaliação institucional na escola? Módulo IX, Brasília: CONSED, 2001.

_____. Avaliação institucional da escola: base teórica e construção do projeto. 2. ed. ver. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisas – 4ª ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2002. p.21.

LUCKESI. Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e preposições. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

NAVAJAS, Ana Maria. Avaliação Institucional: uma visão crítica, São Paulo: Unimarco, 1998.

VIDAL, Eloísa Maia, etal. Avaliação institucional. Fortaleza: Ed. EUCE, 2003.